

QUESTÃO AGRÁRIA, REFORMA AGRÁRIA E A FEIRA DA AGRICULTURA CAMPONESA NO TRIÂNGULO MINEIRO

CUESTIÓN AGRARIA, REFORMA AGRARIA Y FERIA AGRÍCOLA CAMPESINA EN EL TRIÁNGULO DE MINEIRO

Stéphanne Ribeiro Pinheiro

Universidade Federal do Triangulo Mineiro - UFTM
stephanneribeiro13@gmail.com

Gabriela Abrahão Masson

Universidade Federal do Triangulo Mineiro - UFTM
gabriela.masson@uftm.edu.br

Resumo

A questão agrária brasileira é complexa e contraditória, e seu entendimento é importante para aqueles (as) que defendem a justiça social. É uma questão latente, assim como a realização da reforma agrária, ainda que enquanto política pública redistributiva, que no atual contexto foi desmontada e paralisada. Em Minas Gerais, no Triângulo Mineiro, ela manifesta-se fortemente mostra a necessidade de fortalecimento da agricultura camponesa/familiar, uma vez que o agronegócio aprofunda desigualdades sociais históricas nesse território. Há estudos que apontam uma crise alimentar em Uberaba/MG e região, bem como, a presença de movimentos sociais que questionam essa realidade. Nesse contexto, o objetivo desse artigo é uma análise reflexiva da Feira da Agricultura Camponesa (FAC), na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), enquanto um instrumento que fortalece um “circuito de comercialização”, na região do Triângulo Mineiro. A FAC foi e é construída através do ensino, pesquisa e extensão, pela equipe multidisciplinar do programa de Extensão Fortalecendo a Agricultura Camponesa em Uberaba (FACU), ao longo dos anos de 2016 a 2019. A metodologia que subsidia a análise é a pesquisa bibliográfica, bem como, trabalho de campo realizado nos assentamentos e acampamentos rurais de Uberaba (MG), com instrumental para levantamento da produção e observação participante na FAC.

Palavras-chave: Questão agrária. Feira da Agricultura Camponesa. Reforma agrária. Universidade Pública. Triângulo Mineiro.

Abstracto

La cuestión agraria brasileña es compleja y contradictoria, y su comprensión es importante para los que defienden la justicia social. Es un tema latente, así como la

concreción de la reforma agraria, aunque sea como política pública redistributiva, que en el contexto actual quedó desmantelada y paralizada. En Minas Gerais, en el Triângulo Mineiro, demuestra fuertemente la necesidad de fortalecer la agricultura campesina / familiar, ya que la agroindustria profundiza las desigualdades sociales históricas en este territorio. Hay estudios que apuntan a una crisis alimentaria en Uberaba / MG y región, así como la presencia de movimientos sociales que cuestionan esta realidad. En este contexto, el objetivo de este artículo es un análisis reflexiva de la Feria Agropecuaria Campesina (FAC), en la Universidad Federal de Triângulo Mineiro (UFTM), como un instrumento que fortalece un “circuito de comercialización” en la región del Triângulo Mineiro. La FAC fue y se construye mediante la docencia, investigación y extensión, por el equipo multidisciplinario del Programa de Extensión Fortalecimiento de la Agricultura Campesina en Uberaba (FACU), de 2016 a 2019. La metodología que sustenta el análisis es la investigación bibliográfica, así como el trabajo de campo realizado en asentamientos rurales y campamentos de Uberaba (MG), con instrumentos de levantamiento de la producción y observación participante en la FAC.

Palabras clave: Cuestión agraria. Feria de Agricultura Campesina. Reforma Agrária. Universidad Public. Triângulo Mineiro.

Introdução e metodologia

A questão agrária é uma particularidade que compõe a raiz da questão social no Brasil, sua manifestação expressa-se por embates e contradições advindos do modo de produção capitalista brasileiro em sua configuração “retardatária”, “dependente”, colonizadora e excludente. O modelo de desenvolvimento agrário no país, é historicamente calcado no latifúndio monocultor, na concentração fundiária, na criminalização das lutas sociais daqueles (as) que se organizam pela democratização de terras, pelo direito à moradia, à alimentação e ao trabalho (FERNANDES, 2009; PRADO JÚNIOR, 2000; SANTOS, 2012).

A raiz de uma das maiores desigualdades sociais do mundo é determinada pela expropriação dos povos originários, indígenas; escravização dos (as) negros (as); superexploração da classe trabalhadora. O campo brasileiro é marcado por violência e da criminalização contra aqueles (as) que se organizam frente ao modelo de desenvolvimento hegemônico que subordina a agricultura ao capital, o agronegócio (MASSON, 2016, 2020).

Na atualidade, o agronegócio é resultado do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo no campo, utiliza agrotóxicos combinados a

modificação genética de sementes para controle dos preços, aumento dos lucros, e exploração do trabalho. A agricultura camponesa possui base no trabalho familiar, e a terra é lugar de moradia, alimentação e trabalho, sendo que a produção é voltada para consumo familiar com venda do excedente. O Estado e a burguesia brasileira historicamente não se responsabilizaram pela reforma agrária, pela soberania alimentar, energética e híbrida do povo brasileiro. Ou seja, os povos originários, indígenas, quilombolas, camponeses (as), sem-terra, trabalhadores (as), pequenos (as) produtores (as) sofrem muito mais com os rebatimentos da injustiça e desigualdade social.

A problemática que envolve a ocupação do território e da produção de alimentos é locus de grandes disputas entre distintos projetos de sociedade, o agronegócio visa majoritariamente o lucro e envolve a exploração desenfreada do ser humano e dos recursos naturais, da natureza. A terra meio universal de trabalho humano é reduzida a mercadoria voltada majoritariamente para a produção agropecuária, dos commodities, e produção agrícola com agrotóxicos e sementes transgênicas.

Na direção contra hegemônica há projetos que resistem a esta realidade com preservação da natureza, produção alimentar calcada na diversidade para abastecimento e geração de renda. A agricultura camponesa de base familiar é responsável por grande parte da produção alimentar e da geração de renda no país e está presente nos mais de 9.195 assentamentos rurais brasileiros, onde vivem e trabalham um total de 1.093.071 milhões de famílias em 81.699. 593 ha de terras democratizadas (CLEPS JÚNIOR, 2014; MASSON, 2016, 2020).

A agricultura camponesa/familiar mesmo possuindo apenas 24% da área agricultável é responsável pela produção de 70% do feijão, 87% da mandioca, 38% do café, 46% do milho e 34% do arroz. Na pecuária, responde por 59% dos suínos, 50% das aves, 30% da carne bovina e 58% do leite (FERNANDES, 2013; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006, 2019). Mesmo com baixa área agricultável e investimento estatal, essa agricultura é a que alimenta grande parte da população, sendo imprescindível sua existência e fortalecimento para a garantia da produção alimentar diversa e saudável para a sociedade.

A agricultura camponesa além de impactar no desenvolvimento territorial mais justo, produz diversidade alimentar, gera renda local além de produzir de forma mais harmônica com a natureza. A reforma agrária é uma das alternativas para o combate às

desigualdades históricas fundadas na questão agrária, e uma política pública que fortalece a agricultura camponesa, tão presente nos assentamentos e acampamentos rurais de todo o Brasil.

Desta forma, na atualidade, o agronegócio e a agricultura camponesa, revelam projetos distintos de sociedade e modelos de desenvolvimento do Estado para o campo brasileiro, e conseqüentemente para a cidade. A agricultura brasileira historicamente é capitaneada pelo latifúndio que é imposto para toda a sociedade, sob os ditames de que é “*Pop e Tec*”. A hegemonia do agronegócio, herda dos latifúndios e dos complexos agroindustriais, um processo excludente e expropriador que possui rebatimentos na autonomia dos povos, em nossa soberania híbrida, energética, alimentar e genética, expressando um modelo dicotômico, desigual e contraditório, com impactos profundos para todos (as) (MASSON 2016, 2020).

A alimentação, um direito humano e social básico, no capitalismo é uma mercadoria e no atual regime alimentar corporativo também é expressão contemporânea da histórica questão agrária. A fome resultado desta realidade é produzida e reproduzida, sendo uma mediação para o entendimento da questão agrária, enquanto manifestação da questão social no Brasil (ESTEVE, 2017).

Segundo Coca (2016) os regimes alimentares denotam não só as bases agrárias das relações de poder em determinado contexto, como também as disputas pelos modelos de desenvolvimento de um modo geral. O predomínio de relações de produção eminentemente mercadológicas acarreta dependência urbana, e o alimento passa de cultural e nutritivo para corporações empresariais que agem de acordo com seus interesses, majoritariamente privados.

A apropriação privada do direito à alimentação origina um novo arranjo agroalimentar que controla o processo de produção e comercialização de alimentos, que aos poucos se tornam meras mercadorias lucrativas para as grandes corporações de capital internacional. Segundo Steve (2017) o objetivo da produção alimentar corporativa é gerar altos lucros, não priorizando a produção de alimentos para a população, e nem respeitando os limites sócio ambientais de cada bioma.

A alimentação enquanto uma mercadoria está relacionada ao processo de produção e reprodução do capital no campo e cidade. No capitalismo, a garantia da alimentação de forma consciente justa e de livre acesso, causa prejuízos as indústrias de

exportação e fabricação dos abusivos plásticos de embalagens e de insumos químicos, por sua vez degradantes ao meio ambiente e a saúde humana. Assim, com a transformação do alimento em mercadoria, as grandes corporações monopolizam a produção, o preço, distribuição e todas as relações que permeiam o alimento que consumimos, eliminando cada vez mais a existência daqueles (as) que podem contribuir para a produção de alimentos locais e saudáveis.

Organizados (as) e mobilizados (as) os (as), indígenas, camponeses (as), sem-terra, assentados (as) e acampados (as) da reforma agrária, pequenos (as) produtores (as) trabalhadores (as) através da agricultura camponesa contribuem para a preservação dos ecossistemas e biodiversidade dos biomas e dependem, em grande parte, da conciliação com a produção de alimentos. Produzir de forma sustentável é possível através da agroecologia que preconiza a produção de alimentos, a partir da reestruturação das cadeias produtivas locais e diversas. A agroecologia e ressignifica a construção de alternativas para os sistemas alimentares, pois é capaz de,

[...] reverter esse quadro atual de monopólio e controle por parte de grandes empresas do setor de alimentos, e implementar uma dinâmica onde os trabalhadores sejam os protagonistas, das diferentes fases desse “sistema”, se relacionando de forma integrada numa perspectiva de complementaridade entre uma fase e outra (REDES ECOFORTE, 2017, não numerado).

Um relevante instrumento para construção da soberania alimentar é o chamado “circuito curto de comercialização”, onde os alimentos produzidos na região serão escoados, diminuindo tempo de transporte, preço, atravessadores, construindo uma dimensão social de contato entre produtores e consumidores, e também uma dimensão econômica fortalecendo a geração de renda local. Um destes circuitos curtos de comercialização é conhecido popularmente, as Feiras, que aos poucos foram e são consumidas pelos mercados, atacadões e varejos, que atravessam o campesinato sem valorizar seus produtos e garantir informações sobre a procedência dos alimentos (SILVA et al., 2017).

As feiras também são estratégias dos movimentos sociais de viabilizarem e visibilizarem sua (re) existência, segundo Silva (2017) destaca-se como uma importante estratégia de luta, enquanto organização e ocupação dos espaços na cidade. As vivências do campesinato manifestam e formam-se um espaço de convivência e criação de vínculos sociais, culturais e econômicos.

As Feiras da Reforma Agrária acontecem em todo território nacional em diversos estados e municípios, são organizadas por camponeses (as), trabalhadores (as), militantes do MST e de outros movimentos sociais. Além de publicizarem a necessidade e importância de ampliação da reforma agrária, evidenciam a importância da agricultura camponesa na produção alimentar diversa e saudável, preços populares e agroecologia.

Neste artigo, socializamos a construção coletiva, popular e multidisciplinar¹, dos Cursos de Serviço Social, Geografia, Licenciatura em Educação do Campo, História, Letras e Biologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), e uma das ações da extensão universitária do Programa de Extensão “Fortalecendo a Agricultura Camponesa em Uberaba (FACU)”² na UFTM, a Feira da Agricultura Camponesa. Nossa análise da Feira é a partir do entendimento empírico, de que ela é um instrumento que fortalece um circuito curto popular de comercialização de alimentos.

Na FAC na UFTM, sujeitos históricos de luta pela reforma agrária e moradia, na região do Triângulo Mineiro, tem escoado desde 2016 uma produção alimentar diversa, livre de agrotóxicos, buscando fomentar a agroecologia no município, e a importância do debate da questão agrária, reforma agrária e agricultura camponesa na Universidade Pública.

No artigo discorremos sobre os sujeitos e organizações envolvidas na construção e realização das Feiras, suas dimensões econômica, social, cultural e educativa, e sua contribuição no fortalecimento da agricultura camponesa, soberania alimentar e geração de renda para famílias que vivem nos assentamentos e acampamentos rurais de Uberaba e região. Refletimos também sobre o impacto da realização da FAC, que gera renda e saberes populares a partir de sua dimensão de sociabilidade, em que as mulheres camponesas possuem liderança e destaque.

¹ Faz-se importante destacar que institucionalmente na UFTM até o ano de 2020 as parcerias do FACU em suas ações com destaque na FAC são: 1) Parcerias Institucionais: Laboratório PRÁXIS do Curso de Serviço Social, Centro Acadêmico de Serviço Social XV de Maio, Centro Acadêmico de Geografia, Laboratório de Estudos de História Agrária e Movimentos Sociais, Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários, Projeto de Extensão DATALUTA, Banco de Dados de Luta pela Terra; 2) Parcerias com organizações populares, estudantis e movimentos sociais: Levante Popular da Juventude, União Juventude Comunista, Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra, Associação dos Camponesas da Reforma Agrária de Uberlândia, 3) Parcerias Interinstitucionais: Núcleo Agrário Terra e Raiz (UNESP/SP) e Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social.

² Programa FACU foi submetido e aprovado pela Pró Reitoria de Extensão Universitária (PROEXT) na UFTM, desde 2017 e seu último registro no ano de 2019 foi o de nº 82/2020

Socializamos pesquisas realizadas durante os trabalhos de campo em assentamentos e acampamentos rurais e nas feiras, e também pesquisa bibliográfica, documental e de campo socializadas no Trabalho de Conclusão de Curso “*A Feira da Agricultura Camponesa na UFTM: questão agrária, extensão universitária e justiça social*”, defendido em 2020 no Curso de Serviço Social, por Pinheiro (2020).

Os trabalhos de campo foram organizados e planejados no Coletivo de Produção do programa FACU e realizados juntamente com professoras coordenadoras do programa a partir de instrumentais construídos para coleta de dados sobre a produção a ser comercializada na FAC. Os assentamentos rurais mais visitados foram Dandara e Tereza do Cedro em Uberaba/MG, como também a Cooperativa Camponesa da Reforma Agrária (COPERCAMPRA) em Uberlândia/MG, que é uma das parceiras do FACU, sobretudo no que diz respeito à produção agroecológica que advém de onze assentamentos rurais de Uberlândia/MG.

Foi possível observar o cotidiano dos (as) produtores (as) em seus lotes, suas rotinas, dificuldades e vitórias. A memória viva nas histórias compartilhadas durante a realização dos trabalhos de campo proporcionou um olhar mais complexo sobre toda a realidade da questão agrária que se mostra não só em números, dados, gráficos e mapas, mas na vida de cada assentado (a), acampado (a) no Triângulo Mineiro.

Nesta reflexão destacamos a função social da universidade pública que através do ensino, pesquisa e extensão possui o dever de aproximação, diálogo e construção junto à comunidade, com destaque a camponesa/rural, pouco estudada e marginalizada na região do agronegócio.

A FAC na UFTM é construída a partir da educação popular e da extensão como comunicação, nos termos de Freire (1985), ela é em grande medida uma direção coletiva apontada como necessária, em estudos e pesquisas multidisciplinares realizados pelas coordenadoras do programa, a destacar Masson (2016, 2020); Vinha e Masson (2018); Batista e Vinha (2020), como também no Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NATERRA) na UFTM.

Triângulo Mineiro e Uberaba: movimentos sociais/socioterritoriais, agronegócio e produção de alimentos

O município de Uberaba está localizado no Estado de Minas Gerais na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, o avanço do agronegócio na região e as manifestações dos sujeitos organizados em luta pela democratização de terras também revelam a questão agrária. Segundo Cleps Júnior e Vinha (2016) a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é a 3ª maior em número de manifestações de luta pela terra, que também expressa a luta por moradia, emprego e renda.

Desde a década de 1970 a região conta com penetração de capital externo e incorporação das áreas do Cerrado ao setor produtivo nacional financiada pelo Estado brasileiro por meio de diversos planos de desenvolvimento, programas, para responderem às demandas de consumo do mercado externo, e sobretudo às necessidades de aumento das exportações, garantindo o estímulo à agroindústria brasileira. Ao mesmo tempo a região tem uma grande demanda por democratização de terras colocada em pauta na realidade social por movimentos sociais/socioterritoriais, organizações políticas, que lutam e se organizam em acampamentos e assentamentos rurais.

Segundo Cleps Júnior e Vinha (2016) entre o período de 1988 a 2016, 106 movimentos sociais/ socioterritoriais organizações e entidades foram atuantes no estado de Minas Gerais através de mobilizações e manifestações. Existem na região do Triângulo Mineiro diversos movimentos, Movimento Sem Terra (MST), o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) e o Movimento Sindical, coordenado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG), entre outros. Foram contabilizadas cerca de 3.180 famílias atuando diretamente na luta pela terra e 25 ocupações no período de 2003 a 2005, nesta região (FERNANDES et al., 2005).

Na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba foram criados 87 Projetos de Assentamentos (PA), com uma área total de 124,366,56 h, tendo uma capacidade para 4.636 famílias, território de políticas públicas para famílias camponesas, sem-terra, trabalhadores (as). Essa realidade revela a importância e capilaridade da política de reforma agrária em um território, pois as terras democratizadas, são advindas do

cumprimento da função social da terra inscrita no artigo 186º da Constituição Federal de 1988, reivindicada por lutas sociais (MASSON, 2016, 2020).

No Triângulo Mineiro, segundo o Cleps Júnior (2014) e Masson (2016, 2021) no período de 1986 a 2013 foram criados 14 assentamentos rurais em Uberlândia com 815 famílias e três em Uberaba com 97 famílias. Tal processo é fundado a partir da expansão do latifúndio e da pecuária, o que resultou em um poder concentrado nas elites agrárias, latifundiárias e empresariais que se expressam a partir dos antigos coronéis que ainda possuem grande influência na política, econômica, latifundiária e empresarial na região.

O agronegócio vem crescendo progressivamente em Uberaba. Com base nas análises dos dados do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (2019) referentes à produção agrícola de Uberaba, especificamente as lavouras das culturas que cresceram em hectares e as que diminuíram ou desapareceram no período de 2012 a 2015, conforme

[...] a agricultura patronal/agronegócio domina a produção agrícola do município. Em 2012 eram 196.600 hectares e em 2015, 221.640; houve um crescimento de 12,73% da agricultura patronal/agronegócio, ao passo que outras culturas, que podem advir da agricultura camponesa/ familiar, diminuíram 14,92% (MASSON, 2016, p. 254).

Segundo Masson (2016, 2020) os gêneros alimentícios comercializados nas feiras livres, bem como supermercados, varejões etc. de Uberaba são oriundos em grande medida da Central de Abastecimento do Vale do Rio Grande (CEASA) de Uberaba, que por sua vez não possui o controle acerca da procedência e forma de produção de tais produtos. Ademais, pouco se sabe da procedência dos gêneros alimentícios comercializados nas feiras livres do município, que também podem advir de hortas rurais e urbanas.

Desta forma, dificilmente as (os) consumidores(as) terão conhecimento da procedência e a forma de produção dos gêneros alimentícios, ou seja, se são advindos da agricultura patronal/ agronegócio, baseada na produção em larga escala com utilização progressiva de fertilizantes químicos e agrotóxicos, ou da agricultura camponesa que geralmente diversifica o que pode pressupor redução expressiva de defensivos agrícolas e trabalho de base familiar. Não há no município estudos aprofundados sobre a produção de alimentos e agricultura camponesa, sendo que há uma crise alimentar

eminente que ameaça, sobretudo a classe trabalhadora no acesso a alimentação (MASSON, 2020; BATISTA; VINHA, 2021).

Conforme complementa a pesquisa de Santos (2018, p. 69), quando indagado sobre a origem dos alimentos, o coordenador da CEASA de Uberaba informou a dependência do município de outras localidades, uma vez que, “[...] o abastecimento do município é realizado pela produção dos agricultores de Aramina- SP, Miguelópolis- SP, Guaíra- SP, Conceição das Alagoas-MG, Campo Florido-MG, Igarapava- SP e Uberaba-MG”.

A pesquisa de Santos (2018) revelou a vulnerabilidade do município em produzir a quantidade alimentos necessários para o abastecimento, o fortalecimento da CEASA como instituição é dever público na garantia e promoção da segurança alimentar do município. Ainda conforme a autora a agricultura patronal, preponderante na ocupação do território, enfraquece a produção de alimento locais, sendo necessário o abastecimento a partir de outros municípios, o que também se reflete na falta de incentivos para a produção camponesa em Uberaba (SANTOS, 2018).

Assim a crescente territorialização do agronegócio em Uberaba provoca diversos reflexos, o município apresenta inconstância de procedência dos alimentos, mesmo tendo camponeses (as) na região, sobretudo em acampamentos e assentamentos rurais onde encontram grandes dificuldades de produzir e escoar (MASSON, 2016, 2020)

A partir dessa realidade de forma multidisciplinar foi construído o FACU, que realiza ações a partir da extensão universitária e práxis social neste contexto, apoiando e fomentando uma articulação social em torno da agricultura camponesa, questão agrária, reforma agraria e produção de alimentos. Dentre as ações realizadas pelo programa e de relevância local e regional, a Feira da Agricultura Camponesa tem se materializado como um espaço popular, plural e do campo, no interior da Universidade Publica, que desde 2016 “tem se pintado de povo”, para o escoamento da produção dos assentamentos de Uberaba e Região.

A Feira da Agricultura Camponesa na Universidade Pública: sujeitos, organizações e movimentos sociais/ socioterritoriais

A FAC é um processo construído com a articulação multidisciplinar de movimentos sociais/ socioterritoriais, estudantes, docentes, técnicos, camponeses (as), trabalhadores (as) e sociedade civil. É organizada e planejada pela equipe multidisciplinar do FACU por meio de coletivos, Produção, Educação/Cultura e Comunicação. Estes coletivos trabalham de forma articulada e mantem autonomia para realização das ações, que envolvem o antes, durante e pós feira. O coletivo de produção é responsável pelo instrumental de coleta de dados, pela síntese dos alimentos e diversos que serão ofertados. O coletivo de comunicação organiza as articulações e divulgação do evento e o coletivo de educação e cultura organiza os espaços educativos/formativos e culturais da feira.

Os sujeitos da FAC, configuram suas participações a depender de muitos fatores, como produção disponível, condições de colheita e entrega, imprevistos, viabilidade de transporte pelas vias rurais, entre outros, assim, nem todos participam de todas as feiras, mas sempre são informados sobre a organização de próximas feiras.

Como percebemos e como apontado nos estudos de Masson (2016, 2020), muitas não consideram a produção familiar como um potencial a ser comercializado para geração de renda, mesmo que seja um excedente da alimentação familiar, já que recorrem pouco ao mercado para satisfazer suas necessidades.

Segundo Vinha e Schiavinatto (2015) a soberania alimentar visa construção e autonomia para os povos e nações escolherem suas produções e políticas agrícolas. Na medida em que o campesinato cultiva diversidades agrícolas que subsidiam parte de sua alimentação, há uma direção para a construção da soberania alimentar.

Traçando aproximações sobre o “perfil” das feirantes com relação ao gênero, é importante destacar que são majoritariamente mulheres. Elas trabalham diretamente no plantio, colheita e beneficiamento, assim como participam na luta política de construir esse circuito de escoamento de seus produtos e gerar uma renda extra. Em grande maioria também possuem mais de 45 anos e com trajetórias de vida em movimentos sociais/socioterritoriais em Uberaba, na região e no Brasil.

Visando conhecer um pouco mais sobre as (os) feirantes que participam da FAC, a partir de pesquisa abaixo sintetizamos os diversos sujeitos e organizações que já participaram da Feira, que são:

1) Camponeses (as), trabalhadores (as) oriundos do Acampamento Rural 19 de Março e Rosa Luxemburgo vinculado ao MST de Uberaba/MG, que ocuparam o latifúndio da antiga Fazenda Pão de Queijo. Houve uma reintegração de posse em fevereiro de 2018, e esse coletivo atualmente compõe a feira pelo entendimento de que a luta pela reforma agrária continua, ainda que não estejam assentados (as). São denominados como “Grupo da Resistencia” e muitos compõem a organizações local do movimento MST na região.

2) Camponeses (as), trabalhadores (as) do assentamento rural Dandara em Uberaba/MG, que historicamente teve vinculação com o MST. Segundo Masson (2016, 2020), lá vivem 14 famílias, mas nem todas participam da feira. Este assentamento foi fruto de uma política de obtenção por desapropriação pelo Incra por crime ambiental. Segundo Masson (2016, 2020), em 70% dos lotes do Dandara encontra-se pecuária leiteira bovina e/ ou bubalina, retirados de forma artesanal. Eles (as) produzem para subsistência ou para venda direta e /ou fabricação de derivados. O queijo e leite de búfala, “Dandara”, em específico dão visibilidade para o assentamento.

3) Camponeses (as), trabalhadores (as) do assentamento rural Tereza do Cedro em Uberaba, que possuiu vinculação organizativa com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FATAEMG). Segundo Masson (2016, 2020) a ocupação desta área foi em 1999, sendo permeada por diversos conflitos e três despejos truculentos operados pelas elites locais, tal realidade impactou muito no processo de obtenção de terra e criação do projeto de assentamento rural que ocorreu somente em 2005, sendo o primeiro assentamento de Uberaba. A conjuntura política de sua estruturação, deixou este assentamento rural fragilizado, assim como a falta de políticas públicas e assistência técnica.

4) Camponeses (as), trabalhadores (as) do Assentamento Rural Santo Inácio Ranchinho de Campo Florido/MG, que foi o primeiro assentamento rural do Triângulo Mineiro. Algumas famílias que vivem neste assentamento são antigas lideranças regionais de luta pela reforma agrária na região, e ainda re (existem) diante ao arrendamento de terras no município para o cultivo da cana de açúcar. Santo Inácio

Ranchinho está localizado a 90 km de Uberaba/MG, e as famílias não contam com apoio municipal para participarem da FAC, apesar de sempre estarem presentes, com destaque a Família “Galante”.

5) Camponeses (as), trabalhadores (as) da Cooperativa Camponesa de Produção da Reforma Agrária (COPERCAMPRA) do município de Uberlândia/MG, que na atualidade escoam a produção de nove assentamentos rurais de Uberlândia sendo eles, Florestan Fernandes; Rosely Nunes; Eldorado dos Carajás, Flávia Nunes; Rio das Pedras (MST); Walcir dos Santos (MST); Dom José Mauro (MST); Canudos e Emiliano Zapata. No total são 70 famílias que em média produzem e escoam para as cidades da região, bem como para escolas por meio da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), feiras livres e cestas.

Estes são os (as) feirantes que fazem a FAC acontecer na UFTM, todos esses sujeitos são advindos (as) da luta e resistência pela reforma agrária, sejam elas (es), assentadas (os), acampadas (os) em suas terras ou não. A FAC tem se consolidado como um importante instrumento que fortalece: um circuito curto e popular de alimentação na região do Triângulo Mineiro, a reforma agrária, a soberania alimentar com base na agroecologia. Os espaços construídos, as pessoas envolvidas, os debates, ações e esforços formam uma conexão multidisciplinar para o fortalecimento da agricultura camponesa em Uberaba e região, trazendo também o debate e fomento da questão agrária e reforma agrária.

As dimensões econômica, cultural, educativa e social da FAC na UFTM

As feiras são espaços antigos presentes na sociedade e nas suas relações sociais, são espaços populares que fomentam o trabalho coletivo e o comércio local. A FAC é um espaço de sociabilidade e interação entre comunidade interna e externa da UFTM com os (as) camponeses (as) da região, trabalhadores (as). A sociabilidade da feira se expressa pelo potencial interativo, social, educacional e cultural desse espaço, que tem suas raízes na antiguidade, compondo um campo simbólico amplo (NORA; ZANINI, 2015).

A FAC na UFTM escoo a produção de assentamentos e acampamentos rurais de Uberaba e região, sua construção possui características que a aproximam de um circuito curto de comercialização conforme,

Os circuitos curtos de comercialização, notadamente as feiras livres, têm se mostrado estrategicamente promissores no propósito de efetivar o escoamento da produção de muitos agricultores familiares (SILVA et al., 2017, não numerado).

Através das feiras, o alimento que é produzido localmente e escoado para a mesma região, chega mais rápido ao consumidor (a) e possui um preço mais popular, pois sem a figura de atravessadores há diminuição do preço de transporte e logística, tal realidade pode contribuir para a movimentação da economia local. O espaço da FAC também proporciona em grande medida a discussão sobre a questão agrária e reforma agrária, pois viabiliza que sujeitos que vivem no campo participem da construção do conhecimento no espaço universitário, através do diálogo com os movimentos sociais/socioterritoriais, que são tão criminalizados pelo neoconservadorismo na atualidade.

Assim como em outras Universidades, a feira é uma estratégia de fortalecimento do ensino, pesquisa, e extensão comprometidos com a realidade social daquelas/es que lutam e resistem na reforma agrária a “la” brasileira. Na feira é possível notar a sociabilidade que essa ação promove, uma vez que é construída por inúmeros sujeitos, sobretudo mulheres, que expressam uma construção social através da agricultura camponesa. A FAC além de um espaço de socialização, também expressa a cultura camponesa, resgatando tradições e técnicas de manejo do campo, valorizando camponesas e seus saberes, realizando uma comunicação e interação entre todos (as).

Figura 1: Feira da Agricultura Camponesa na UFTM



Fonte: Pereira, 2018b.

Este registo é simbólico e fruto de muito trabalho coletivo, a Universidade Pública articulando estudos, pesquisa e ações a partir das demandas da comunidade rural, e proporcionando sociabilidade através da produção e comercialização de alimentos. Essa experiência demonstra a importância de criar e fomentar canais de comercialização alternativos para o fomento do comércio local e alimentação saudável, o que também contribui para a produção e reprodução dos assentamentos e acampamentos rurais da região. As feiras são contra hegemônicas a lógica de mercado, pois o (a) consumidor (a) interage com as (os) feirantes, possibilitando a criação de vínculos e de uma relação mais ética com o alimento e seus produtores. Conforme os autores destacam,

Diferentes canais de distribuição podem ser observados nas relações mercantis da agricultura familiar, uma delas é a feira livre, onde se comercializam produtos oriundos da agricultura familiar. As feiras livres são um dos principais vínculos dos produtores rurais com os consumidores. Além da renda obtida pelos produtores familiares com a comercialização direta dos produtos, também pode-se destacar a socialização entre os atores envolvidos (SILVA et al., 2017, não numerado).

Enquanto um instrumento de um canal curto de comercialização, através da educação e cultura na universidade, a FAC vem criando possibilidades dentro e fora da

UFTM fortalecendo camponesas, trabalhadoras a comercializar alimentos que produzem para suas famílias e que com certeza são mais humanos e saudáveis.

Constatamos que na realização da FAC existem dimensões que possibilitam impacto para além da comercialização de gêneros alimentícios com redução de agrotóxico e preços acessíveis, como também uma práxis social, cultural e educativa que é determinada pela dimensão econômica de geração de renda.

Assim, a partir de experiências, saberes multidisciplinares, pesquisa e extensão, abordamos na sequência essas dimensões.

As dimensões econômica, cultural e educativa da FAC na UFTM

A FAC contribui para geração de renda para camponeses (as), assentados (as) da reforma agrária e trabalhadores (as) envolvidos (as), o que impacta na permanência de famílias no campo e na luta pela reforma agrária.

Segundo Masson (2016, 2020) existem diversos limites estruturais nos assentamentos e acampamentos rurais de Uberaba/MG e região, que interpelam as mulheres/ famílias para produção e escoamento, dentre eles: acesso a água, estradas rurais precárias, acesso a políticas agrícolas e sociais para a produção, dispersão de agrotóxicos no ar e na água pelo agronegócio da região, burocracia do Estado na execução de programas e políticas e ausência de diálogos com o poder público a partir das necessidades reais da população que vive no campo. Outra dificuldade é a expectativa de consumidores (as) por produtos que correspondem à estética do mercado capitalista, a distância entre produtores (as) de consumidores (as) e o estigma/ criminalização com sujeitos da reforma agrária.

Figura 2: Organização da FAC por estudantes na UFTM



Fonte: Pereira, 2018a.

Segundo pesquisa realizada durante as feiras a geração de renda destaca-se como dimensão econômica, uma vez que essa é muito importante para a produção e reprodução dos assentamentos e acampamentos rurais da região, além de ser um espaço acolhedor para escoamento de alimentos que possuem baixa quantidade de venenos.

Em uma das edições da FAC em 2019 quando indagadas (os) sobre a renda obtida através da comercialização dos alimentos e produtos, tivemos informações de que o lucro varia entre R\$ 300,00 a R\$ 700,00 em um dia de feira. É importante destacar que na venda de produtos e alimentos na FAC não há intermediários (as), mais conhecidos como atravessadores, assim a margem de lucro sobre as vendas é integral.

A experiência pioneira realizada pelo FACU por meio dos Grupos de Consumo Responsável (GCR), em dezembro de 2018, também revelou que a geração de renda por meio de “Cestas da Agricultura Camponesa” é muito vantajosa para as famílias. A equipe FACU, por meio da criação deste grupo, através de WhatsApp, mobilizou a UFTM na compra das cestas, que foram nomeadas como “Cestas Natalinas da Agricultura Camponesa”.

Foram vendidas 71 cestas na comunidade interna e externa a UFTM, e sete famílias, com destaque, camponesas, produziram quitandas do campo, panetones, bolos no pote, conservas, além de gêneros alimentícios diversos como hortaliças, verduras, legumes e conservas.

As vendas de Cestas Natalinas mobilizaram R\$ 2.594,50 de lucro, repassados integralmente para as mulheres em uma única edição. As cestas são oportunidades mais contínuas para o escoamento da produção e demandam organização das famílias. Foi possível ofertar alimentos saudáveis e uma variedade de quitandas mineiras, pequi, cocada, quebra queixo, pamonhas, curau, bolo de milho e milho in natura, bolos do campo, tortas, pimentas, conservas, quitandas em geral, como biscoitos e o típico pão de queijo, além de poupas de suco natural, hortaliças, legumes e verduras. As cestas ainda são uma possibilidade para ser construída com mais apoio institucional da UFTM, conforme Pinheiro (2020).

Os espaços culturais promovidos na FAC expressam artisticamente o fortalecimento da identidade camponesa, e compõem a feira com diversão, cultura, dinamicidade e lazer. As culturais promovidas na FAC já contaram com apresentações de diversos artistas e músicos regionais e locais, tal como: Insurgência Sertaneja, Coletivo de mulheres envolvendo discentes, docentes, servidoras e comunidade externa a UFTM, Banda Matéria Orgânica de Franca/SP, cantores locais como Pedro Calota, e diversas apresentações no “palco livre”, onde todos (as) puderam se expressar com músicas e poesias, fazendo referência ao fortalecimento da identidade camponesa. O registro áudio visual por meio de fotografias, imagens e vídeos foi realizado em todas as edições e fazem parte do acervo digital do FACU.

O espaço da Feira também sempre contou com instalações artísticas referenciando o campesinato, a luta pela terra e a produção de alimentos saudáveis. A artista Daniella de Sousa S. Néspolli em uma das edições expos a coleção “*Expressões Quilombolas*”, que trouxe muitas cores e memórias para a feira. As artes de divulgação da FAC em geral foram feitas pelo ilustrador Lucas Alexander Gomes discente do curso de História, e pelas extensionistas do FACU. As cirandas também marcam a realização da FAC, realizadas entre todas (os) que comercializam, transitam e compram, como um momento de unidade na diversidade.

A oferta de alimentos sem agrotóxico ou com redução do uso, também coloca na pauta da universidade pública a demanda de repensar nossos hábitos culturais e educativos sobre o alimento, afinal comer também é um ato político. Além disso, a oferta e consumo de alimentos produzidos localmente reduzem a dependência de grandes esquemas de corporações alimentares que controlam o acesso aos alimentos e produtos, assim, as feiras, em destaque a FAC podem contribuir para a construção da consciência coletiva ao redor da importância da soberania alimentar e agricultura camponesa.

Assim, a dimensão cultural é transversal a realização da FAC diversos são os relatos que evidenciam o fortalecimento da identidade, unidade camponesa e a valorização da produção rural dos assentamentos e acampamentos de reforma agrária de Uberaba e região, muitas vezes marginalizados nos mercados tradicionais.

Como dimensão educativa, as feiras realizadas têm em suas programações espaços educativos e também formativos, organizados e planejados pelo Coletivo de Educação, articulado ao Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NATERRA). Diversos espaços foram construídos, tais como, Rodas de Conversa, Mostra de documentários, diálogos relatando as vivências em assentamento acampamentos rurais, oficinas e cursos de manipulação e rotulagem de alimentos. As temáticas destes espaços foram diversas, a destacar, “A saúde está na mesa, comer é um ato político”; socialização de dados da pesquisa do Banco de Dados de Luta pela Terra (DATALUTA), e etc.

Destacamos a exposição do documentário “*Da terra para a Mesa: Documentando a resistência camponesa na UFTM*”, produzido pelo Coletivo de Comunicação do FACU e Levante Popular da Juventude de Uberaba/MG. Esse documentário não contou com nenhum financiamento institucional, está disponível no Canal do You Tube e Facebook do FACU³ e retrata a realização de uma feira na UFTM.

O documentário “*A luta não para: Pedro Rocha -Xapuri*” produzido pela extensão universitária das Escolas de Serviço Social da Unesp/Franca e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) também foi exibido e discutido em um espaço educativo na feira com a presença de Pedro Rocha, assentado da reforma agrária no

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AldsZAqb-58&t=5s>.

estado do Nordeste, e do Grupo de Pesquisa Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) da Unesp de Franca/SP.

A articulação dialética das dimensões econômica, cultural e educativa que a feira possui são imprescindíveis para a compreensão da FAC e de sua relevância social, outras dimensões ainda estão por serem analisadas, e muitos outros impactos também necessitam ser discutidos.

Para compreender a feira em sua totalidade, podemos observá-la como um espaço em constante construção, que se baseia na articulação coletiva de todos (as) os (as) envolvidos (as) em sua realização. Fruto de uma necessidade, planejamento, estudos e uma materialização coletiva, a FAC é uma das ações de uma extensão universitária baseada na realidade social, e já movimentou a comercialização de mais de 5 toneladas de alimentos na UFTM. Para tanto, estudos e pesquisas são realizados.

Sobre o manejo da produção comercializada na FAC, há variedades e diversidades de alimentos que estão em sua maioria em fase de transição agroecológica com adubação e controle biológico. Ao realizar uma média da diversidade alimentar de uma das feiras pode-se observar a variedade de, 18 Legumes, 12 Frutas, 20 Folhas, 25 Quitandas, e mais de 20 variedades de quitandas do campo, artesanatos, mudas, temperos e conservas. Os gêneros alimentícios advêm de vários núcleos familiares, que juntos formam a diversidade alimentar camponesa da reforma agrária.

A agroecologia tem se destacado a partir da escolha e prática de utilização dos próprios recursos nos assentamentos rurais para manutenção dos cultivos como a “adubação orgânica” “cama de frango”, receitas de inseticidas naturais, caldas com cascas de frutas e verduras. Essas práticas foram observadas nos trabalhos de campo, sendo que algumas produtoras (minoria) ainda utilizam alguns produtos químicos em suas plantações, pelo próprio processo de dominação agrotóxica na região. Foi possível acompanhar a experiência de um cruzamento de sementes crioulas de feijão feita por uma família no assentamento rural Dandara, que foi comercializada e compartilhada em uma oficina realizada pelo FACU na FAC.

A análise das tendências sobre a produção e forma de manejo foi realizada a partir instrumentais durante os trabalhos de campo nos assentamentos e acampamentos rurais, e com questionários após a feira para acompanhamento dos impactos junto às famílias. Assim algumas indicações sobre a produção comercializada apontam que

grande parte dos cultivos de alimentos não possuem agrotóxico, uma vez que estes possuem elevado preço, alguns deles apenas utilizam em épocas específicas ou utilizam produtos químicos de uso doméstico como vinagre e álcool. Houve relatos sobre as dificuldades com as plantações considerando as diversidades de cultivo, além da falta acesso a conhecimentos sobre manejos ecológicos.

Figura 3: Trabalho de Campo em comunidades rurais de Uberaba MG



Fonte: Fortalecendo a Agricultura Camponesa em Uberaba, 2019.

Os impactos da feira também foram observados de diversas maneiras, desde a felicidade expressa e sentida no dia da feira ou nos trabalhos de campo, neste depoimento quando indagada sobre a opinião sobre a universidade, FACU e FAC, uma feirante relata

“É uma forma de escoar a produção, emocionante, porta aberta, o FACU é uma oportunidade de contato com outros produtores, novas experiências, e aprendizados. Compoteira através das oficinas, melhorou a forma de produção e entendimento, combate as pragas, novas experiências, troca de sementes, troca de informação, a gente se sente com liberdade, novas amizades, novas portas, poderia ter mais vezes, 1 vez no mês. Sinto pertencente com espaço para trabalhar bem acolhida” (FEIRANTE, 2019).

O trabalho com esses sujeitos, o espaço construído na feira enquanto território que expressa a resistência camponesa pela permanência nos territórios de reforma agrária, são voltados à promoção da sociobiodiversidade e tem proporcionado as

famílias fortalecimento de suas relações no campo a partir de uma perspectiva de qualificação dos processos de comercialização do excedente familiar. Para isso, fomentamos a organização e gestão coletiva uma produção mais próxima da sustentabilidade via estratégias de apoio ao desenvolvimento local sustentável com base em práticas agroecológicas.

Neste espaço, se constrói o objetivo do FACU, de fortalecimento da agricultura camponesa, mesmo que no plano micro, pois é de suma importância criar mercados alternativos, circuitos curtos de comercialização para o enfrentamento das corporações alimentares que controlam a produção e escoamento e tornam o alimento cada vez mais uma mercadoria.

Dentro da Universidade Pública se faz ainda mais transformador, pois o “latifúndio do saber” também existe e precisa ser ocupado por sujeitos que o questionam. O impacto da Feira é uma via de mão dupla, pois procura combater a falta de oportunidade de escoamento aliada a falta de acesso à alimentação saudável e justa na cidade. O entusiasmo e alegria das assentadas e acampadas que participam desse espaço se expressa no depoimento a seguir feito por uma feirante,

Foi a primeira experiência em Feira enquanto assentada, Espaço físico adequado. O tamanho da barraca é suficiente e a venda dos produtos possibilitou importante lucro na Feira. Importante a roda de conversa para dialogar com a comunidade interna, aproximar e trocar experiências entre os assentados. Boa receptividade da comunidade interna da UFTM e boa aceitação e venda dos produtos (FEIRANTE, 2018)

Considerações finais

A construção de feiras busca resgatar uma tradição histórica e presente em todo território brasileiro, onde a partir de suas particularidades e do povo que aqui vive e habita, sejam povos originários, indígenas, quilombolas, camponeses (as), sem-terra, trabalhadores (as), pequenos (as) produtores (as), há comercialização de gêneros alimentícios, artesanatos e afins, expressando suas formas de ser e (re) existir em um país tão injusto e desigual. Neste artigo compartilhamos a experiência particular de Feira da Agricultura Camponesa, construída e tecida por movimentos sociais/socioterritoriais, organizações populares, estudantis, políticas, órgãos do Estado e Universidade Pública.

A partir do tripé ensino, pesquisa e extensão desde 2016, a equipe multidisciplinar do FACU constrói um espaço de comercialização da produção advinda de assentamentos e acampamentos rurais de Uberaba/MG e região. Os (as) camponeses (as), sem-terra e trabalhadores (as), através da FAC possuem centralidade na Universidade Pública que cumpre sua função social com aqueles (as) que historicamente ficam as margens do mercado agroalimentar, devido a diversas dificuldades estruturais, preconceitos e estigmas sociais. A partir desta realidade, a construção coletiva da extensão universitária no FACU nos levou nestes anos a reflexões sobre a quem serve o conhecimento produzido no espaço público, seu uso, e o retorno do quem vem sendo produzido com dinheiro público.

A FAC na UFTM é um território de resistência, onde a extensão universitária além de ir até a comunidade rural viabiliza o espaço da Universidade pública para a geração de renda que fortalece a agroecologia e os territórios de reforma agrária, através do escoamento da produção alimentar e convivência social dos assentamentos e acampamentos rurais. Estes espaços têm muito a oferecer para a sociedade se forem fortalecidos com políticas públicas que dialogam com a realidade no campo, e com oportunidades de escoamento livres e justas podem oferecer um retorno valioso para a sociedade. A importância da Universidade Pública em apoiar alternativas junto aos canais curtos de comercialização é uma direção para o fortalecimento da produção local de alimentos, advindos da reforma agrária.

Segundo um verso ecoado pelo MST, “*se o campo não planta a cidade não janta*”, a relação urbano e rural é mútua e interdependente, sendo que a autonomia de escolha de nossos alimentos é cada vez mais roubada, tendo em vista a hegemonia das grandes corporações que transformam os alimentos em mercadoria.

As feiras populares são caminhos para fortalecimento da agricultura camponesa e instrumentos dos canais curtos de comercialização, e de alguma forma para o enfrentamento das formas capitalistas de se relacionar com o alimento. Os circuitos curtos de comercialização aliados à democratização de terras, através da reforma agrária e outras políticas públicas, podem contribuir para a produção e reprodução daqueles (as) que vivem no campo.

A realização de feiras no âmbito da UFTM é uma das frentes que o FACU busca realizar com o objetivo de promover o fortalecimento da agricultura camponesa junto à

acampamentos e assentamentos rurais de Uberaba e região. Por meio da aproximação, diálogo, participação, estudos, pesquisa e extensão busca-se articular universidade e movimentos sociais/socioterritoriais, aproximando os sujeitos, criando espaços de conhecimento para o desenvolvimento territorial rural baseado na agricultura camponesa, agroecologia e justiça social. A FAC é um espaço de expressão popular, onde esperanças são renovadas, sua realização na UFTM contribui para o comércio local, geração de renda, educação, cultura e fortalecimento de vínculos sociais.

REFORMA AGRARIA JÁ

Dentro do meu peito campesino
Tem um grito repercutindo
Por justiça e liberdade!
Por quem tem seu direito à terra negado.
Por quem lutou e deixou um legado.
E por quem no labor da enxada ainda vê alegria de continuar...

REFERÊNCIAS

BATISTA, Alice Nunes; VINHA, Janaína Francisca Souza Campos. Desafios para a soberania alimentar em Uberaba (MG). **Geografia em Questão**, Marechal Cândido Rondon, PR, n. 3, v. 13, p. 115-129, 2020. DOI: 10.48075/geoq.v13i3.23811. Disponível em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/23811>. Acesso em: 23 maio 2021.

CLEPS JÚNIOR, João (coord.). **DATALUTA Minas Gerais**: relatório 2013. Uberlândia, MG: LAGEA, 2014. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/minas/dataluta_mg_2013.pdf. Acesso em: 13 ago. 2020.

CLEPS JÚNIOR, João; VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos. (coord.). **DATALUTA Minas Gerais**: Relatório 2016. Uberlândia, MG: LAGEA: NATERRA, 2017. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/minas/dataluta_mg_2016.pdf. Acesso em: 13 maio. 2021.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista NERA**, Presidente Prudente, SP, ano 19, n. 32, dossiê, p. 14-33, 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/4789/4109>. Acesso em: 19 nov. 2020.

DA TERRA para a Mesa: **Documentando a resistência Camponesa na UFTM**. Uberaba, MG: UFTM, 2020. 1 vídeo (15min 19s), son., color. Publicado pelo canal

projeto FACU. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AldsZAqb-58>.
Acesso em: 3 dez. 2020.

ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América latina.** São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano *et al.* A territorialização da luta pela terra em Minas Gerais: o projeto DATALUTA e as ocupações pelo MST no Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 3., 2005, Presidente Prudente, SP. [**Anais eletrônicos...**]. Presidente Prudente, SP: UNESP, 2005. Disponível em:
<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Bernardo%20Man%27ano%20Fernandes.pdf>. Acesso em: 3. dez.2020

FERNANDES, Bernardo Mançano. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. *In: SADER, Emir (org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.* São Paulo: Boi tempo Editorial; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 191-205.

FREIRE, PAULO. *Extensão ou Comunicação?* 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FORTALECENDO A AGRICULTURA CAMPONESA EM UBERABA. **Trabalho de campo.** 2019. 3 Fotografias.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006:** Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 3 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017:** resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 3 jun. 2021.

MASSON, Gabriela Abrahão. **A Reforma Agrária como política pública de Desenvolvimento:** análise a partir dos assentamentos rurais “Tereza do Cedro” e “Dandara” no município de Uberaba/MG.2016. 407 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca. SP, 2016.

MASSON, Gabriela Abrahão. **A questão agrária e a luta pela reforma agrária no Triângulo Mineiro.** Curitiba: Appris, 2020.

NORA, Fabiane Dalla; ZANINI, Maria Catarina. A feira como um espaço de sociabilidade. **Revista Retratos de Assentamentos**, Araraquara, SP, n. 1, v. 18, p. 135-

154, 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/228824347.pdf>. Acesso em: 19 maio. 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PEREIRA, Otávio. **Compre de quem produz**. 2018a. 1 Fotografia.

PEREIRA, Otávio. **Feira de agricultura camponesa**. 2018b. 2 Fotografia.

PINHEIRO, Stephanie Ribeiro. **A Feira da Agricultura Camponesa na UFTM: questão agrária, extensão universitária e justiça social**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) -- Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2020.

REDES ECOFORTE. **Promovendo a valorização do uso da sociobiodiversidade, construindo novas dinâmicas de abastecimento no Rio Grande do Sul**. Rio Grande do Sul, 2017.

SANTOS, Caroline Cristina Ferreira dos. **Organização sócio espacial do campo e produção alimentar: disputas territoriais no município de Uberaba (MG)**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2018.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Maura. **Feiras da Reforma Agrária: alimentação saudável com o selo do MST**. 18 dez. 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/12/18/feiras-da-reforma-agraria-alimentacao-saudavel-com-o-selo-do-mst/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

SILVA, Monica Nardini da *et al.* A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: estudo de caso da feira livre do município de Jaguarão, RS, Brasil. **Revista ESPACIOS**, Caracas, v. 38, n. 47, p. 7-20, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n47/a17v38n47p07.pdf>. Acesso em: 28 maio. 2021.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos. **Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo**. 2012. 388 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2012.

VINHA, Janaína. Francisca Souza Campos; MASSON, Gabriela. Abrahão. Questão agrária em Uberaba (MG): estrutura fundiária, latifúndio e agronegócio. *In*: GOMES, M. A. S.; DANTAS, S. M. (org.). **Olhares Cruzados: políticas e dinâmicas sociais no Triângulo Mineiro**. Jundiaí, SP: [s.n], 2018. p. 275-298.

VINHA, Janaína. Francisca Souza Campos; SCHIAVINATTO, Mônica. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista NERA**, Presidente Prudente, SP, ano 18, n. 26, p. 183-203, 2015. Edição especial. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3576/2913>. Acesso em: 1 jul. 2016.

Recebido em 31/08/2021. Aceito para publicação em 17/11/2021.
--